



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 786/11

Declara de Utilidade Pública a Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Central das Associações dos Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Município de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

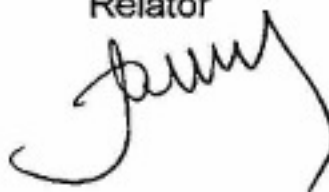
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 930/11

Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Art. 1º Todo o resíduo de medicamentos contendo produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, antirretrovirais, anti-inflamatórios, corticóides e seus derivados, em especial, e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente Lei.

Art. 2º As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras e revendedoras dos produtos descritos no art. 1º da presente Lei ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reciclagem (embalagens), tratamento e disposição final.

§ 1º As empresas descritas no *caput* deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem esses produtos.

§ 2º É vedado o reuso de medicamentos descartados na forma desta Lei para uso humano e veterinário.

Art. 3º Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta Lei, incluindo nesse rol as drogarias, farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais, serviços públicos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios médicos ou odontológicos que comercializarem ou distribuírem medicamentos ou produtos relacionados no art. 1º, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários que comercializarem ou distribuírem medicamentos ou produtos relacionados no art.1º, os laboratórios de exames clínicos e qualquer outro

estabelecimento que comercialize ou distribua medicamentos, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas ou inservíveis, cujas características sejam similares às aquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.

Art. 4º Os medicamentos ou produtos recebidos na forma do artigo anterior serão acondicionados em embalagens invioláveis, estanques, resistentes a impactos ou ruptura, com acesso inviolável para a retirada dos produtos nelas depositados, identificadas conforme a NBR 7500, acrescidas da indicação "medicamentos vencidos", que serão localizadas nos salões de comercialização ou recepção dos estabelecimentos relacionados na presente Lei, de forma segregada e claramente identificada como "recepção de medicamentos vencidos"; obedecendo as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as demais normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o encaminhamento dessas embalagens aos distribuidores, fabricantes ou importadores responsáveis pela coleta e transporte para o correto tratamento final.

§ 1º É proibido o esvaziamento ou reembalagem dos produtos coletados durante todas as fases do processo, desde a coleta e transporte interno e externo até o tratamento e/ou destino final estabelecido pelas empresas responsáveis por estas etapas do processo.

§ 2º Os estabelecimentos relacionados no art. 2º podem optar pelo encaminhamento dos resíduos coletados diretamente para as unidades de tratamento ou disposição final devidamente licenciadas na forma da Lei.

Art. 5º Os estabelecimentos responsáveis pelo recebimento dos produtos relacionados na presente Lei procederão as alterações nos respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, incorporando as etapas necessárias para o correto atendimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O Responsável Técnico pelo PGRSS será o RT do estabelecimento em questão.

Art. 6º Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos pontos de coleta, estes informarão às empresas distribuidoras, revendedoras ou fabricantes e importadoras as quantidades (em kg) dos

produtos recebidos juntamente com cópia da respectiva nota de recebimento emitida pela empresa responsável pela coleta, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente Lei.

§ 1º No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação da presente Lei os responsáveis pelos estabelecimentos definidos nos termos desta Lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

§ 2º Todos os estabelecimentos abrangidos pela presente Lei manterão registros escritos dos volumes e massas coletadas, notas de transporte e de tratamento e/ou destinação final para verificação das autoridades responsáveis pela fiscalização sanitária e ambiental.

Art. 7º Os recipientes com sua carga volumétrica completa serão fechados e lacrados, devendo ser armazenados até a coleta em local específico e identificados em conformidade com os dispositivos vigentes para Abrigo de Resíduos Sólidos de Resíduos de Saúde.

Art. 8º Os estabelecimentos responsáveis em dar a destinação adequada aos produtos recolhidos processarão as alterações necessárias para ajustar as obrigações decorrentes do cumprimento do disposto nesta Lei nos respectivos PGRSS ou Planos de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme for o caso, incorporando nos mesmos as etapas sob suas responsabilidades.

Art. 9º Todas as etapas de transporte externo, tratamento e destino final deverão ser executados em conformidade com a legislação ambiental e sanitária aplicáveis por empresas, veículos e equipamentos devidamente licenciados para tal fim.

§ 1º Os veículos coletores de medicamentos vencidos terão identificação em conformidade com a NBR 7500 e legislação cabível, devendo serem exclusivos para tal finalidade.

§ 2º Os veículos de entrega e distribuição de produtos relacionados na presente Lei não poderão proceder a coleta dos produtos recolhidos.

Art. 10. Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente Lei:

I – lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais;

II – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, não licenciados, conforme legislação vigente;

III – lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de água pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV – em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos);

V – lançamento na rede de esgoto.

Art. 11. A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência por escrito notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de 100(cem) a 1000 (mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná – UFIR/PR;

III – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro.

Art. 12. Compete à vigilância sanitária, a fiscalização ao que se refere o art. 4º e seus respectivos parágrafos e art. 7º desta Lei.

Art. 13. Compete ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP a fiscalização do disposto no art. 9º e seus parágrafos e art. 10 desta Lei, nos termos do inciso XIV do art. 1º da Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Comissão Executiva
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/12





Altera a redação dos Artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Os Artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

Art. 7º No mês de outubro do segundo ano de cada Legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa designará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, dia e hora para proceder, sob coordenação da Comissão Executiva, a eleição da Mesa Diretora, para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas, da mesma Legislatura.

Parágrafo Único. O prazo para inscrição de chapas para a composição da Mesa é de 02 (dois) dias contados da convocação de que trata o caput".



Art. 8º A eleição dos membros da Mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o Painel Eletrônico de Votação, exigida a maioria absoluta de votos.


§1º Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

§2º Em segundo escrutínio, a eleição será realizada entre as duas chapas mais votadas.

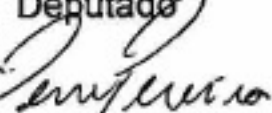
§3º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas.


Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Sala da Sessões, em


VALDIR ROSSONI
Deputado


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado

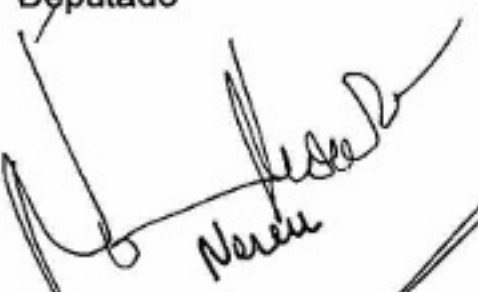

RENI PEREIRA
Deputado


O. Branhos


Plauto Miró Guimarães


Reni Pereira


Gilson

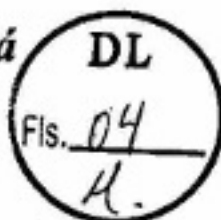

Nereu


Azevedo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

As alterações propostas são formuladas no sentido de regulamentar o processo de eleição da Mesa para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas, de cada Legislatura nos termos decorrentes de acordo de líderes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/12

Projeto de Resolução nº 009/12
Autor: Comissão Executiva

Súmula: Altera a redação dos artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE ARTIGOS DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, COM O OBJETIVO DE REGULAMENTAR O PROCESSO DE ELEIÇÃO DA MESA PARA AS 3º E 4º SESSÕES LEGISLATIVAS DE CADA LEGISLATURA. INICIATIVA PRIVATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva tem como escopo alterar a redação dos artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando regulamentar o processo de eleição da Mesa para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas de cada Legislatura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da competência para a propositura do presente Projeto de Resolução, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu **artigo 54, II**, determina a competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Paraná para tanto, senão vejamos:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

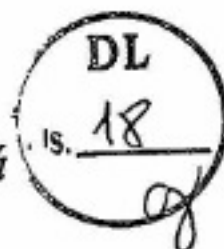
I - (...)

II - elaborar o Regimento Interno;

Ainda, no que tange à legitimidade de propositura do presente Projeto de Resolução, não resta dúvida quanto à competência da COMISSÃO EXECUTIVA para alterar artigo do Regimento Interno desta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Casa de Leis, uma vez que encontra amparo legal no próprio **REGIMENTO INTERNO** em seu artigo 33, I, observe-se:

Art. 33 Cabe à Comissão Executiva:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno.

Destarte, o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis afirma que é de competência da Mesa Executiva administrar a Assembléia Legislativa:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

II - administrar a Assembléia Legislativa;

Superada questões ligadas à iniciativa de propositura do presente Projeto, resta, por fim, constatar que o PROJETO DE RESOLUÇÃO é o meio adequado para regular o referido assunto, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **REGIMENTO INTERNO**:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

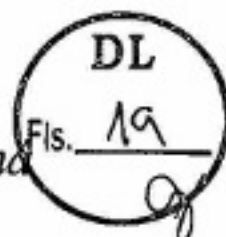
§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II - matéria de natureza regimental



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, com o objetivo de corrigir a redação do Art. 1º do presente Projeto de Resolução, propõe-se a seguinte emenda corretiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §7º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

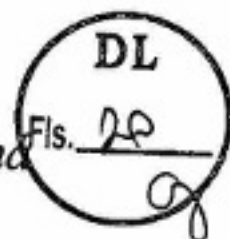
§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

Finalmente, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução em apreço encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala da Comissões, 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

21

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/12

A presente Emenda tem por objeto corrigir a redação do artigo 1º, do Projeto de Resolução nº 009/12, sem alterar-lhe, no entanto, o mérito, conforme redação que segue:

Art. 1º. Os artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares formados até o dia da posse, no início de cada legislatura."

(...)

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DAP 30/05/12

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012

Emenda Modificativa à redação proposta no artigo 1º do Projeto de Resolução nº 009/2012, para o artigo 7º, “caput” e para o § 3º do artigo 8º, ambos da Resolução 001/05 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, na forma da redação que segue:

Art. 1º

.....

Art. 7º A partir do dia 15 de outubro do segundo ano de cada Legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa designará, a com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, dia e hora para proceder, sob coordenação da Comissão Executiva, a eleição da Mesa Diretora, para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas, da mesma Legislatura.

.....

Art. 8º

.....

§3º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e se, ainda assim, persistir o empate a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

Sala da Sessões, em 30 de maio de 2012.

Paulo Miró Guimarães
DOUGLAS

Valdir Rossoni
VALDIR ROSSONI
Presidente

Plauto Miró Guimarães
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário

Reni Pereira
RENI PEREIRA
2º Secretário

1458 30-05-2012 083341 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012

J U S T I F I C A T I V A

Em acolhimento às pertinentes ponderações levantadas é que esta Comissão Executiva propõe a presente emenda modificativa para efeito de melhor definir a data das eleições para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas e também para estabelecer mais um critério para o caso de empate em segundo escrutínio, além daquele previsto na redação do § 3º do artigo 8º, proposta inicialmente no Projeto de Resolução nº 009/2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.



EMENDA DE RENATO D2 - DAP. 30/05/12 §.
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012

Emenda Modificativa à redação proposta no artigo 1º do Projeto de Resolução nº 009/2012, para o artigo 7º, "caput" e para o § 3º do artigo 8º, ambos da Resolução 001/05 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, na forma da redação que segue:

Art. 1º

.....
Art. 7º A partir do dia 10 de outubro do segundo ano de cada Legislatura, o Presidente da Assembleia Legislativa, após ouvir o Colégio de Líderes, designará, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, o dia e a hora para que se proceda, sob coordenação da Comissão Executiva, a eleição da Mesa Diretora, para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas, da mesma Legislatura.

.....
Art. 8º

.....
§3º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e se, ainda assim, persistir o empate a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

Sala da Sessões, em 30 de maio de 2012.

CAITO QUINTANA
Deputado Estadual

Pericles

HERMÃO

ROQUE

Adriano

15:59 30/05/2012 00:00:00 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012

JUSTIFICATIVA

Em acolhimento às pertinentes ponderações levantadas é que esta Comissão Executiva propõe a presente emenda modificativa para efeito de melhor definir a data das eleições para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas e também para estabelecer mais um critério para o caso de empate em segundo escrutínio, além daquele previsto na redação do § 3º do artigo 8º, proposta inicialmente no Projeto de Resolução nº 009/2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/12

Projeto de Lei nº 09/2012

Autoria: Comissão Executiva

Súmula: Altera a redação dos artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Com fulcro no que autorizam os artigos 137, § 3º e 141-I do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Aditiva ao artigo 1º do Projeto de Resolução nº 009/2012, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Os artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

Art. 7º - Com antecedência mínima de 5(cinco) dias, o Presidente da Assembléia Legislativa, sob a coordenação da Comissão Executiva, designará para a última sessão plenária

5:59 38/05/2012 08:35:56 TOP KSCWHT 070 17534 07100 00 100040

DR. Bhatia
A. Chaudhary
A. Chaudhary
A. Chaudhary



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

do mês de outubro, a eleição da Mesa Diretora para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da Legislatura.

Parágrafo Único – O prazo para inscrição de chapas para a composição da Mesa Diretora é de 2(dois) dias, contados da convocação de que trata o *caput*.

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o Painel Eletrônico de Votação, exigida a maioria absoluta de votos.

§ 1º - Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

§ 2º - Em segundo escrutínio, a eleição será realizada entre as 2(duas) chapas mais votadas.

§ 3º - Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2012.

Assinaturas manuscritas, incluindo uma que parece ser "Cheida" e outra com o nome "ABRIL" visível.



JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução nº 009/2012, tem por objetivo alterar alguns dispositivos do Regimento Interno desta Casa de Leis, relativos ao procedimento a ser realizado para a eleição da sua Mesa Diretora, principalmente no que diz respeito à data de sua realização, estabelecendo que ocorrerá no mês de outubro, com data a ser designada pelo seu Presidente.

Ocorre que, em anos eleitorais, o mês de outubro coincide com a data dos pleitos eleitorais, fato que pode influenciar nas eleições da Mesa desta Casa.

Por este motivo, faz-se necessário definir que as eleições para a Mesa desta Casa se realizem depois de encerrado o segundo turno do pleito eleitoral, quando as atenções poderão se voltar exclusivamente para a disputa interna da Assembleia Legislativa, não sofrendo qualquer influência de fatores externos.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da Emenda ao Projeto de Resolução ora apresentada, como forma de garantir um processo de eleição da Mesa Diretora justo e transparente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Resolução nº 009/12

Autor: Comissão Executiva

Autoras das emendas: Comissão Executiva (Emenda nº 01), Deputado Calto Quintana (Emenda nº 02), e Deputado Anibelli Neto (Emenda nº 03)

Súmula: Altera a redação dos Artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. **EMENDA 01:** ACRESCENTA O PRAZO INICIAL DE 15 DE OUTUBRO PARA A DESIGNAÇÃO DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA 3ª E 4ª LEGISLATURA E CRIA CRITÉRIO DE DESEMPATE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO. **EMENDA 02:** ACRESCENTA PRAZO INICIAL DE 10 DE OUTUBRO PARA A DESIGNAÇÃO DA ELEIÇÃO E CRIA CRITÉRIO DE DESEMPATE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO. **EMENDA 03:** MODIFICA A DATA DA ELEIÇÃO PARA A ÚLTIMA SESSÃO PLENÁRIA DO MÊS DE OUTUBRO. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

As presentes emendas de plenário ao Projeto de Lei, a primeira de autoria da Comissão Executiva, a segunda do Deputado Calto Quintana e a terceira de autoria do Deputado Anibelli Neto, visam alterar o Projeto de Resolução 009/2012.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente:

Cumpra, inicialmente, esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas apresentadas, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o art. 33, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Verifica-se que, quanto a isto, todas as três emendas analisadas respeitaram o inciso I, do artigo 141, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que foram propostas no início da 2ª Discussão na Sessão Plenária de 30 de maio, conforme inclusive certidão da Diretoria Legislativa (f. 31), tendo sido todas apoiadas por cinco (Emenda nº 02) ou mais Deputados (Emendas nº 01 e nº 03).

O Regimento Interno, em seu art. 137, *caput*, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta à outra. Veja-se:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Destarte, verifica-se que, formalmente, consoante o previsto no Regimento Interno, as emendas se encontram coerentes, não encontrando nenhum empecilho regimental para se analisar sua legalidade e constitucionalidade, o que se passa a fazer adiante:

I – Emenda de Plenário nº 01.

A Emenda Modificativa de Plenário nº 01 (f. 24), de autoria da Comissão Executiva, visa alterar o art. 7º da Resolução 001/05 para que passe a constar, ao contrário no Projeto de Resolução 009/12 que a eleição poderá ser convocada a partir do dia 15 de outubro, com antecedência de 05 (cinco) dias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, visa alterar o § 3º, do art. 8º, para criar critério de desempate, sendo que em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas "e se, ainda assim, persistir o empate a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso."

Pois bem, ressalte-se que a presente Emenda foi apresentada pela própria Comissão Executiva e visa tão somente adotar o critério da eleição para que seja feita na segunda quinzena de outubro e criar critério de desempate na eleição.

Está em plena consonância com o Regimento Interno, bem como não possui nenhum vício de constitucionalidade, estando, de igual forma, sem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

II – Emenda de Plenário nº 02.

Conforme argumentação utilizada para análise da Emenda de Plenário 01, respaldada no Regimento Interno desta Casa Legislativa, com especial referência aos artigos 33-A, I, 141, I e 137, § 4º, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados (fls. 26 do PL).

Cumpra ressaltar que a presente Emenda tem exatamente os mesmos objetivos da Emenda de Plenário nº 01 no que tange a indicar data no mês de outubro a partir de qual poderá o Presidente, "após ouvir o Colégio de Líderes", designar dia e hora para eleição da Mesa Diretora e, por fim, cria o mesmo critério de desempate da Emenda Modificativa nº 01.

Desta forma, as únicas diferenças da Emenda de Plenário nº 01 e a Emenda ora analisada são no que se referem a data inicial a partir da qual o Presidente designará a data da eleição da Mesa e a obrigação de se ouvir o Colégio de Líderes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Não nenhum óbice em face do Regimento Interno, podendo ser aprovada nesta Comissão de Constituição e Justiça para debate em Plenário quanto ao mérito da Emenda, eis que está coerente com os ditames constitucionais, e inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

II – Emenda de Plenário nº 03.

Conforme argumentação utilizada para as outras análises, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por mais de cinco Deputados (fls. 28/29 do PL).

Cumprе ressaltar que a presente Emenda tem como objetivo alterar o presente Projeto de Resolução para alterar a redação do art. 7º do Regimento Interno, para que a eleição da Mesa Diretora das 3ª e 4ª Sessões Legislativas da Legislatura sejam procedidas na última Sessão Plenária do mês de outubro.

Assim, a presente Emenda de Plenário está coerente com os ditames constitucionais, inexistindo óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98, merecendo aprovação para posterior debate em Plenário quanto ao mérito.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO das Emendas de Plenários sob nº 01, nº 02 e nº 03.

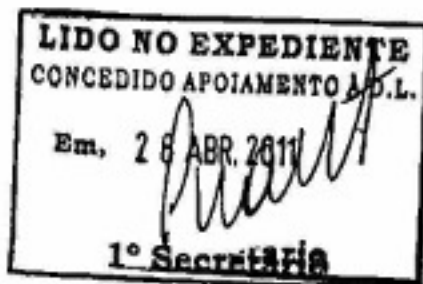
Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

ELIO RUSCH
RELATOR



Projeto de lei nº 349/11



SÚMULA:

Declara de Utilidade Pública a Associação de Praças do Estado do Paraná - APRA sede e foro no município de Curitiba no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Praças do Estado do Paraná – APRAS com sede e foro no município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2011


Tadeu Veneri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A Associação de Praças do Estado do Paraná vem a um ano, exercendo a representação e promovendo as ações judiciais e extrajudiciais em defesa dos interesses dos associados perante os poderes constituídos e instituições públicas e privadas, dispensadas as autorizações de assembléias nos termos da Constituição, para fins de mandado de segurança, ação civil pública visando a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, a ordem econômica, a livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagismo, bem como aquelas que se fizerem necessárias; promover a realização de encontros dos associados para decisão de temas de caráter jurídico, científico e cultural, a defesa da cultura institucional e questões de interesse da classe através de congressos, convenções encontros, seminários, entre outros; congregar as praças Militares Estaduais, estimulando a união, a solidariedade e a defesa dos interesses dos representados, apoiando, sobretudo, suas reivindicações; concorrer para o engrandecimento da classe de Praças Estaduais; desenvolver uma postura política não partidária, nas questões institucionais que envolvamos interesse dos associados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2011.

Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 349/2011

Projeto de Lei nº. 349/2011

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Praças do Estado do Paraná - APRA**, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Praças do Estado do Paraná - APRA**, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

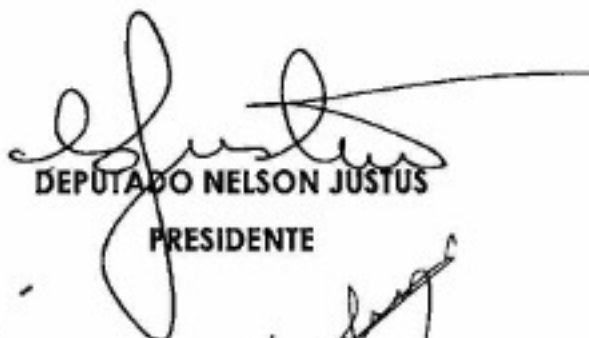
DL
Pis. 39

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de 2012.

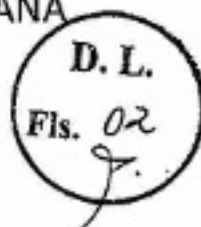

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



DEP. MARLA TURECK
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck



Projeto de Lei nº 629/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 15 AGO. 2011

Marla Tureck
1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam obrigadas as agências bancárias do Estado do Paraná, que possuem portas com dispositivo de travamento eletrônico, manter na área que as antecedem, armários de guarda-volumes.

Art. 2º Os armários de guarda-volumes mencionados no artigo anterior, serão destinados aos usuários dos estabelecimentos bancários que portarem objetos, cuja entrada não é permitida pelos detectores de metais, instalados nas portas giratórias e objetos diversos que dificultem a passagem.

Art. 3º O uso do guarda volume deverá ser aleatório, não podendo ser reservado.

Art. 4º Para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, a quantidade de armários de guarda volumes, deverão estar condizentes com a demanda de clientes.

Art. 5º É concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no caput do art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente Lei.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no caput, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira autuação;

II - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a advertência;

III - multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - multa de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso III.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck

D. L.

Fls. 03

Art. 6º O chefe do Poder Executivo estadual designará o órgão responsável para a fiscalização, autuação e aplicação de multa dos estabelecimentos que não obedecerem ao disposto nesta lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

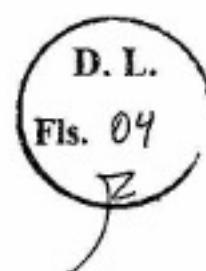


MARLA TURECK
Deputada Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck



JUSTIFICATIVA

A utilização, pelos estabelecimentos bancários, de detector de metal em sua porta de entrada, vem gerando inúmeros problemas, principalmente aos clientes, que se sentem, por vezes, constrangidos diante da insistência dos vigilantes para retirar de seus bolsos e bagagens qualquer tipo de objeto metálico.

Ocorre que estas portas enquanto instrumento de segurança para o banco e seus usuários, se presta perfeitamente, todavia, ao mesmo tempo em que se faz útil se mostra inoportuna, gerando inúmeros incômodos aos usuários que no travamento destas, precisam sob os olhos de todos em volta, esvaziar bolsos, bolsas, mochilas e o que for preciso para adentrar nesses estabelecimentos.

Com isso, concretiza-se verdadeira afronta à dignidade da pessoa humana, vez que pode desnecessariamente submeter o indivíduo a despendar de objetos pessoais para conseguir transpor estas entradas, submetendo-o a um inconveniente que pode envergonhá-lo de alguma forma.

O intuito deste projeto é resguardar a dignidade da pessoa humana, evitando desgastes desnecessários, garantindo uma comodidade sem abrir mão da segurança. Outrossim, seria mais prático e adequado, tanto para o cliente, quanto para o estabelecimento bancário, que o usuário deixasse seus pertences num guarda-volumes antes de entrar no Banco.

Neste sentido, já legislou a Câmara Municipal de Campo Mourão, promulgando Lei Municipal de autoria do Vereador Ademir Pezão, que determina aos estabelecimentos bancários instalados no município de Campo Mourão, que possuam porta com detector de metais, a manterem armários guarda-volumes à disposição de seus clientes e usuários.

Desta forma, em razão da exposição e pela relevância da matéria, conclamamos os ilustres Pares a apoiarem a presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Tale resumo.

ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 629/11

Projeto de Lei nº 629/11

Autor: Deputada Marla Tureck

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Marla Tureck, tem com o objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de guarda-volumes nas agências bancárias que possuam dispositivos de travamento eletrônico, tendo como finalidade evitar constrangimento aos clientes de tais agências.

FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que tal Proposição encontra-se fundamentada no artigo 5º da Constituição Federal, incisos III, senão vejamos:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”(grifo nosso)

Vale ressaltar que a matéria constante do Projeto de Lei não é regulamentação financeira, sendo assim, está afastada a hipótese de interferência em competência privativa da União para legislar sobre a mesma.

O Estado tem legitimidade para legislar, concorrentemente com a União, sobre consumo, como é o caso em tela, pois versa sob funcionamento dos estabelecimentos bancários.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Logo, entendemos que a matéria é de interesse regional, ou seja, de todos os cidadãos paranaenses, não se enquadrando em matéria única e exclusivamente de interesse local.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18

Nesse sentido acrescentamos:

“O princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos Municípios concernem os assuntos de interesse local, tendo a Constituição vigente desprezado o velho conceito do peculiar interesse local que não lograra conceituação satisfatória num século de vigência. (SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 412)”. (grifo nosso).

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, nos termos da Emenda Substitutiva em anexo, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de outubro de 2011.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

Concedido Vistas ao
Senhor **Relatado Dep.**
Pracyk / Nelson
Em, **18, 10, 20 11**
CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

Fls. 20

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI nº 629/2011

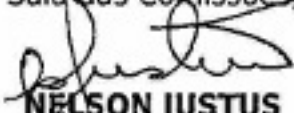
A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução nº 474/2011, encontra-se respaldo legal no artigo 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conforme segue:


Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 3º O uso do guarda-volume deverá ser **utilizado conforme disponibilidade**, não podendo ser reservado.

Art. 4º Para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, **as agências bancárias deverão disponibilizar no mínimo 10 (dez) unidades de guarda-volumes.**

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
Deputado Estadual/PRB

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Clóton Kielse - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 629/2011

Com parecer favorável e Emenda Modificativa da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe a Deputada Estadual Marla Tureck, a obrigatoriedade legal de que os estabelecimentos bancários instalem guarda-volumes na área que antecede à porta eletrônica.

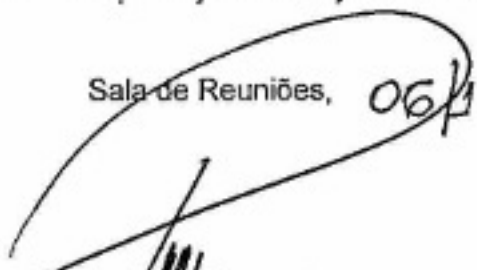
Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pela Deputada proponente de que os inconvenientes causados pelas portas

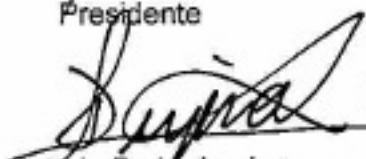
detectoras de metal podem ser evitados com a instalação de guarda-volumes no espaço anterior ao dispositivo de segurança.

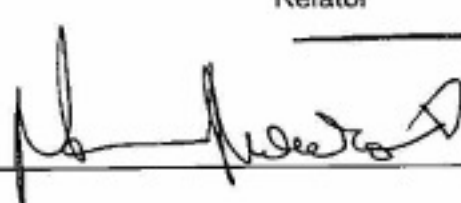

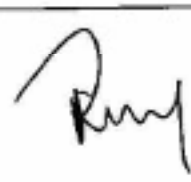


Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 629//2011 .

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.


Deputado Leonaldo Paranhos
Presidente


Deputado Pedro Lupion
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 629/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Nobre Deputada Marla Tureck, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivos de travamento eletrônico no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa do Consumidor.


Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 01 de Março de 2012.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Gilberto Ribeiro
Relator



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 629/2011

AUTOR: DEPUTADA MARLA TUREK

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de "guarda-volumes", nos estabelecimentos bancários, nas áreas em que antecedem as portas que possuem dispositivos de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

Ementa: OBRIGATORIEDADE INSTALAÇÃO GUARDA VOLUMES ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS. ADEQUAÇÃO PRINCÍPIOS E DIREITOS DEFENDIDOS PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. APROVAÇÃO.

Fundamentação:

A obrigatoriedade de instalação de armários de "guarda-volumes" nos estabelecimentos bancários cuja entrada não é permitida pelos detectores de metais, instalados nas portas giratórias e objetos diversos que dificultarem a passagem (art. 2º), especificamente nas áreas que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico (art. 1º).


Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse do cidadão paranaense consumidor dos serviços bancários, que necessita acomodar suas bagagens e pertences em algum compartimento seguro.



Diante da competência desta Competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.

Desta forma, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº. 629/2011.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2011.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator

PROJETO DE LEI N° 208/12

EMENTA: Cria a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam criadas a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2º Fica alterado o art. 255-B da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso II, com a seguinte redação:

"Art. 255-B. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Maringá o seguinte:

I -

II - No Foro Regional de Sarandi:

a) a 2ª Vara Criminal;

b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial."

Art. 3º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

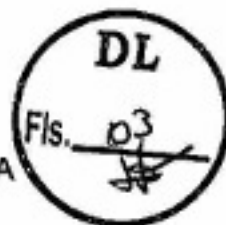




Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 111.975/2007, tem por finalidade a criação da 2ª Vara Criminal e da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

A proposta prevê, ainda, a criação de dois cargos de Juiz de Direito de entrância final para atendimento daquela comarca, que terá no Foro Judicial, uma Vara Cível, duas Varas Criminais e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, de forma a promover a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, racionalizando e redistribuindo o volume de serviços naquele Foro, que atenderá uma população de aproximadamente 80.406 habitantes e um total de 15.968 processos em andamento.

A proposta altera a Lei Estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, em seu art. 255-B, que passa a vigorar acrescido do inciso II, e ainda os anexos IV, V e IX Tabela 1 da referida lei.

A proposta de criação das duas varas mencionadas, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 26 de março de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 27 de abril de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais dois cargos de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de **R\$ 642.000,00**, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. As despesas com pessoal, tais como encargos sociais, gratificações, etc., serão suportadas pelo FUNJUS.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

[Assinatura]



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

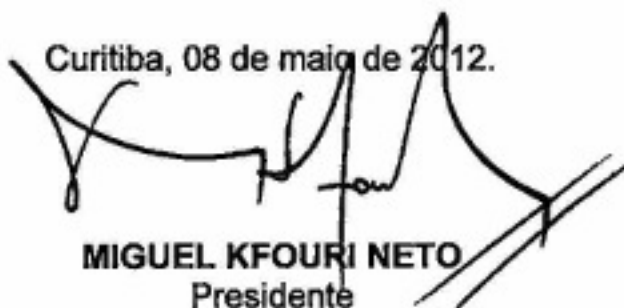
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



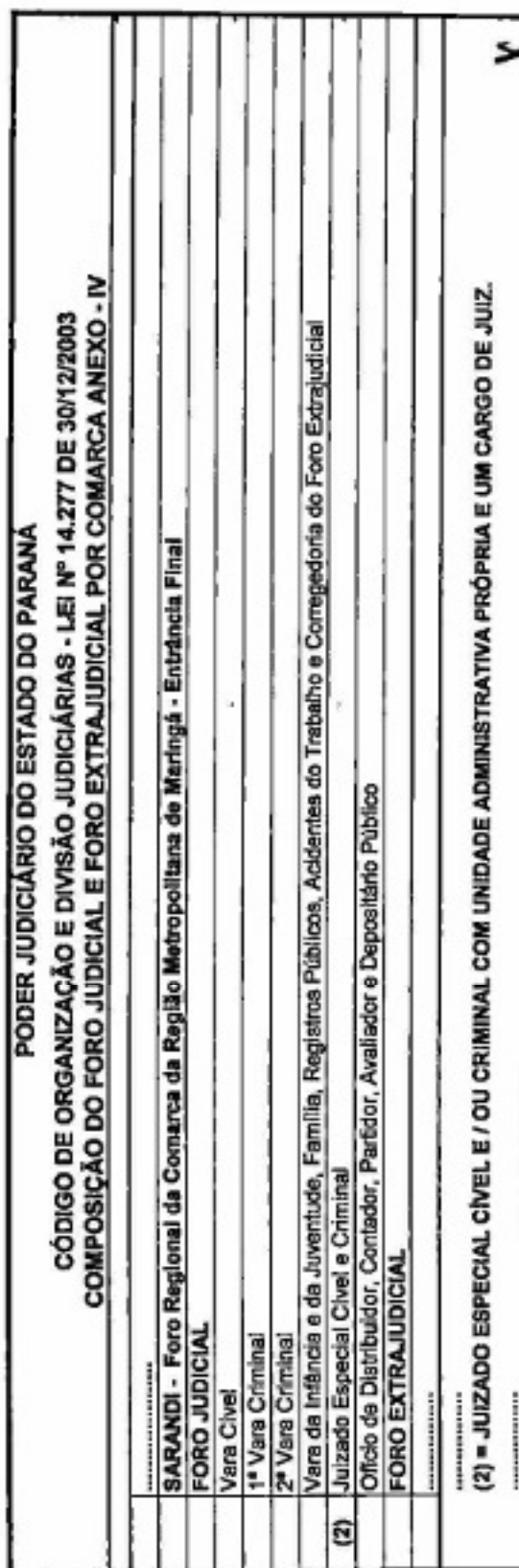
DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e cria um cargo de Juiz de Direito de entrância final, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 08 de maio de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL --- ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
Foro Regional de Sarandi	Final			4	1			5	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA						
ENTRÂNCIA FINAL						
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ						
Foro Regional de Sarandi			3	1	-1	3





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 08 de maio de 2012.
Of. nº 601/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências.
Em, 09/05/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

FEITO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e cria dois cargos de Juiz de Direito de entrância final.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SUBSTITUTIVO GERAL AO PL 208/12

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI

EMENTA: Cria a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam criadas a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2º Fica alterada a Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescida do art. 255-A, com a seguinte redação:

"Art. 255-A. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Maringá o seguinte:

I - No Foro Regional de Sarandi:

- a) a 2ª Vara Criminal;*
- b) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial."*

Art. 3º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 111.975/2007, tem por finalidade a criação da 2ª Vara Criminal e da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

A proposta prevê, ainda, a criação de dois cargos de Juiz de Direito de entrância final para atendimento daquela comarca, que terá no Foro Judicial, uma Vara Cível, duas Varas Criminais e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, de forma a promover a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, racionalizando e redistribuindo o volume de serviços naquele Foro, que atenderá uma população de aproximadamente 80.406 habitantes e um total de 15.968 processos em andamento.

A proposta altera a Lei Estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, inserindo o art. 255-A, e ainda altera os anexos IV, V e IX Tabela 1 da referida lei.

A proposta de criação das duas varas mencionadas, foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 26 de março de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 27 de abril de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação de mais dois cargos de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de **R\$ 642.000,00**, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça. As despesas com pessoal, tais como encargos sociais, gratificações, etc., serão suportadas pelo FUNJUS.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma assinatura manuscrita, possivelmente de um juiz ou servidor, feita com uma caneta escura.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DL
Fis. 13
91

Curitiba, 15 de maio de 2012.
Ofício nº 645/2012-GP

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital.

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências.
Em, 15/05/2012

Presidente

PARA NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO

Em, 22 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

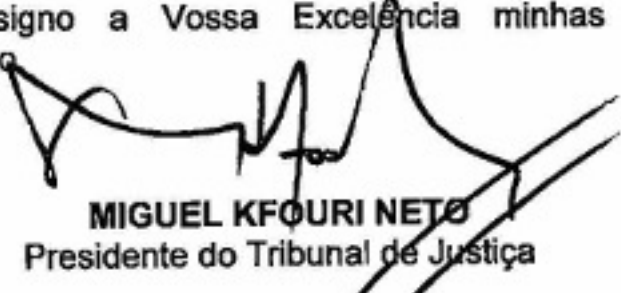
Através do Ofício nº 601/2012-GP, datado de 08 de maio de 2012, foi encaminhado para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei propondo a criação da 2ª Vara Criminal e da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, e de dois cargos de Juiz de Direito de entrância final.

Entretanto, em razão da concomitante tramitação de outras propostas de expansão do judiciário paranaense no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, cuja redação se mostra prejudicial ao Anteprojeto de Lei acima citado, verificou-se a ocorrência de erro material quando do encaminhamento da referida proposição a essa Casa de Leis.

Desta forma, formulo o presente para solicitar a Vossa Excelência a substituição do texto do Projeto de Lei nº 208 e da respectiva Justificativa, com a correção do art. 2º do Projeto de Lei e do terceiro parágrafo da Justificativa.

Registro, desde já, que a correção proposta não afeta a essência do Anteprojeto de Lei, não implicando, ainda, em alteração dos anexos que acompanham a aludida proposição.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

14:16 22/05/2012 003003 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 208/12

Projeto de Lei nº. 208/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

EMENTA: CRIAÇÃO DA 2ª VARA CRIMINAL E A VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, NO FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ E ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003 – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, de forma a promover a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, racionalizando e redistribuindo o volume de serviços naquele Foro.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 19
8.

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.


Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **TADEU VENERI**
Relator











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 208/12

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 601/12 que objetiva criar a 2ª Vara Criminal e a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, no Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Tadeu Veneri e após sua análise constitucional e regimental, exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa.

Podemos observar ainda, que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, e levando-se em conta a decorrente criação demais 02 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final, totaliza o valor anual aproximado de R\$642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais). Informa também, o autor que tais valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, sendo que as despesas com pessoal, como encargos sociais, Gratificações, etc, serão arcados pelo FUNJUS.

Informa ainda, o autor da proposta que com a aprovação da proposta em questão, estará se promovendo a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro, que atenderá a uma população de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 23

aproximadamente 80.406 habitantes e um total de 15.968 processos em andamento.

É salutar observar que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

04/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR